

TRABALHO E GÊNERO: problematizando a construção de categorias nas Ciências Sociais para pensar os sentidos e cenários das relações sociais de gênero no mercado de trabalho brasileiro contemporâneo

Eixo Temático: Trabalho e Renda

RESUMO: No presente texto, destacam-se reflexões de fundamental importância para se pensar a construção de conhecimentos sociológicos sobre o universo das articulações das relações sociais que constituem as diversas situações vivenciadas pelos(as) trabalhadores(as), a partir da ideia de interseccionalidade presente no “mundo” do trabalho contemporâneo, constituído por relações de desigualdades de gênero, racial, étnica e geracional que se entrelaçam à dimensão da classe. Estas relações são oriundas dos processos históricos da formação da sociedade capitalista, reproduzidas pelas transformações organizacionais e tecnológicas da economia. Quanto ênfase no domínio referente as relações de gênero no mercado de trabalho, considera-se a categoria gênero pelo viés do estruturalismo e também das análises pós estruturalistas sobre identidade e construção do indivíduo moderno. Assim, o intuito é fazer um breve diálogo entre as análises trabalhadas em vários textos (ANTUNES, 2002; BUTLER, 2003; FOUCAULT, 2008; GIDDENS, 2005; HIRATA, 2011; MARX, 1975; SCOTT, 1990) para problematizarmos algumas dimensões da realidade social, que nos permita refletir em torno de esquemas analíticos e conceituais, de fundamental importância para se pensar a construção de conhecimentos sociológicos e de pesquisas possíveis de serem aplicadas em diferentes domínios sociais, especificamente voltadas as relações de gênero no mercado de trabalho.

PALAVRAS CHAVES: Trabalho; Relações de Gênero; Mercado de trabalho contemporâneo.

ABSTRACT :In the present text, reflections of fundamental importance to think about the construction of sociological knowledge on the universe of the articulations of the social relations that make up the diverse situations experienced by the workers, based on the idea of intersectionality present in the

"Contemporary world of work, constituted by relations of gender, racial, ethnic and generational inequalities that intertwine with the class dimension. These relations come from the historical processes of the formation of capitalist society, reproduced by the organizational and technological transformations of the economy. Regarding the field of gender relations in the labor market, the gender category is considered by the bias of structuralism and also by post-structuralist analyzes of the identity and construction of the modern individual. Thus, the intention is to make a brief dialogue between the analyzes carried out in several texts (ANTUNES, 2002; BUTLER, 2003; FOUCAULT, 2008; GIDDENS, 2005; HIRATA, 2011; MARX, 1975; SCOTT, 1990) to social reality that allows us to reflect on analytical and conceptual schemas of fundamental importance in order to think about the construction of sociological knowledge and possible research to be applied in different social domains, specifically aimed at gender relations in the labor market.

KEYWORDS: Work; Gender Relationships; Contemporary labor market

1.INTRODUÇÃO

Aquilo que somos é consequência do que aprendemos na convivência com os outros em nossos processos de socialização, presentes ao longo de nossas vidas e em tudo que a sociedade produz através da dialética indivíduo-sociedade, por meio da qual criamos o ambiente social que vivemos e por ele somos criados. A vida em sociedade impõe a seus membros a adoção de comportamentos sociais pautados em normas, valores e ideias, através das instituições sociais.

Nesse processo de construção e transformação da realidade social, o trabalho se configura como elemento importante e condição de sobrevivência humana, pois, através da ação transformadora exercida sobre a natureza e o mundo social é que se concretizam os processos materiais e simbólicos que integram e fortalecem a vida em sociedade e que permitem observar o dinamismo da historicidade das sociedades humanas.

O trabalho é atividade que visa satisfazer necessidades e garantir a sobrevivência e reprodução da organização social, é, portanto, um elemento orientador de diversas relações da vida humana. E para produzir os mais diversos bens e serviços necessários à sobrevivência, as sociedades se organizaram das mais variadas maneiras, através da soma da força de trabalho humano e apropriação da natureza e dos meios materiais, estabelecendo diversas ordens de relações de produção. Por isso é importante destacar a constituição dialética do trabalho, em que criamos o trabalho e por ele somos criados.

Assim, no presente texto, destacam-se reflexões de fundamental importância para se pensar a construção de conhecimentos sociológicos sobre o universo das articulações das relações sociais que constituem as diversas situações vivenciadas pelos(as) trabalhadores(as), a partir da ideia de interseccionalidade presente no “mundo” do trabalho, constituído por relações de desigualdade de gênero, racial, étnica e geracional que se entrelaçam à dimensão da classe. Estas relações são oriundas dos processos históricos da formação da sociedade capitalista, reproduzidas pelas transformações organizacionais e tecnológicas da economia. Quanto ênfase no domínio referente as relações de gênero no mercado de trabalho, considera-se a categoria gênero pelo viés do estruturalismo e também das análises pós estruturalistas sobre identidade e construção do indivíduo moderno.

Neste aspecto, é importante frisar que os estudos de gênero ao longo das últimas décadas vincularam o conceito de divisão sexual do trabalho para descrever o trabalho remunerado exercido no mercado e o não remunerado relacionado à reprodução da vida. A progressiva participação feminina no mercado de trabalho é uma realidade presente em diversas sociedades,

porém incompleta, visto que processou-se sobre o aspecto da precariedade e desigualdade. Observa-se que as mulheres são predominantemente responsáveis pelo trabalho reprodutivo e de cuidados, remunerado ou não remunerado, ocupações que são socialmente desvalorizadas, revelando a continuidade de relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, um processo hierárquico permeado pelas condições de raça, geração e classe no mercado de trabalho. Neste aspecto, cabe ressaltar e problematizar categorias cristalizadas, sobre gênero, sexo, corpos e binarismos pautados na ordem heteronormativa vigente.

Nesse contexto, os processos históricos que legitimam essas diferenciações baseiam-se nas diferenças sexuais, moldadas na oposição entre masculino versus feminino. Os discursos construídos atribuem características e papéis específicos para cada sexo, os significados dessas atribuições é que devem ser considerados, pois diferenciam os sujeitos de modo hierárquico. Portanto, o presente texto divide-se em dois tópicos que buscam fazer tais reflexões teóricas, o primeiro intitulado “TRABALHO E GÊNERO: sentidos e cenários das relações sociais de gênero no mercado de trabalho brasileiro contemporâneo”, o segundo intitulado “Condições sociais de gênero no mercado de trabalho” e o terceiro intitulado “As mulheres no mercado de trabalho brasileiro”, e por último são apresentadas algumas considerações finais.

2. TRABALHO E GÊNERO: sentidos e cenários das relações sociais de gênero no mercado de trabalho brasileiro contemporâneo

Quando o ser humano “põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana” (MARX, 1975, p. 202), o trabalho se caracteriza não apenas como um modo de sobreviver economicamente, mas também por possuir dimensão social, simbólica, ideológica, política. Porém, se por um lado o trabalho é elemento fundamental para organização da vida humana, por outro, a sociedade capitalista tenta reduzi-lo ao caráter mercadológico, assalariado, minimizando seu valor criativo:

O que deveria ser fonte de humanidade se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham. E esse processo de alienação do trabalho não se efetiva apenas na perda do objeto, no produto do trabalho, mas também no próprio ato de produção, que é resultado da atividade produtiva já alienada. (...). Significa dizer que sob o capitalismo, o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada: não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho (ANTUNES, 2002, p. 09).

Isso se evidencia ao fazermos um exercício reflexivo sobre as diversas metamorfoses e significados atribuídos socialmente ao trabalho ao longo do tempo. A produção nos sistemas pré-modernos baseava-se na agricultura, em atividades manuais, no trabalho físico de resultados palpáveis cujo domínio do ofício do trabalho exercido estava presente durante todo processo de produção, em casa e com envolvimento da família. Já nas sociedades modernas, o sistema econômico baseia-se na produção industrial cujo investimento tecnológico é uma ferramenta para garantir a produtividade, em que maquinários dispensam o trabalho manufatureiro, predominando cargos profissionais e gerenciais. Segundo Giddens (2005, p.309):

Com o progresso da produção industrial moderna, a maioria dos ofícios tradicionais desapareceu completamente, sendo substituída por habilidades que fazem parte de processos de produção de maior escala (...). Os avanços na tecnologia industrial, como o uso de maquinários que funcionam a eletricidade ou a carvão, contribuíram para a separação entre trabalho e casa. As fábricas de propriedade dos empresários tornaram-se o foco do desenvolvimento industrial: maquinários e equipamentos concentram-se dentro destas, e a produção em massa de mercadorias começou a ofuscar a habilidade artesanal em pequena escala, que tinha a casa como base. As pessoas que procurassem empregos em fábricas eram treinadas para se especializarem em uma tarefa, recebendo um ordenado por esse trabalho. O desempenho do empregado era supervisionado pelos gerentes, os quais se preocupavam em implementar técnicas para ampliar a produtividade e a disciplina dos trabalhadores. (GIDDENS, 2005, p.309).

Desse modo, novos cenários surgiram e trouxeram, como uma das principais características do sistema econômico das sociedades modernas, a complexificação da divisão do trabalho, que estabelece novas formas de divisões de atividades e funções nas relações de trabalho. Para Marx (1975), a divisão social do trabalho presente na produção capitalista se caracteriza por transformar o trabalho concreto em trabalho abstrato, quando separa a criação da prática e da execução.

Nesse processo o trabalhador, privado de seus instrumentos de trabalho e do controle da totalidade do processo de produção, passa a se especializar em uma tarefa determinada e controlada por um gerente ou empregador e vender sua força de trabalho. Nesse contexto, nas relações modernas de produção passou a existir, portanto, um processo de diferenciação e estratificação que se estrutura em relações de classes antagônicas: aqueles que vendem sua força de trabalho e aqueles que detêm os meios de produção.

Com o desenvolvimento do sistema produtivo industrial, a divisão do trabalho foi intensificada, tendo apoio em princípios técnico-científicos e diretrizes que visavam organizar o espaço produtivo. Ainda no século XVIII, Adam Smith anunciava as vantagens de uma

divisão através da especialização e cooperação mútua dos empregados nas fábricas, já Frederick Taylor, no final do século XIX, abordou a importância do “gerenciamento científico” a fim de aumentar a produtividade e eficiência dos trabalhadores através da organização detalhada e monitorada de tarefas e dos processos industriais. Também Henry Ford, no início do século XX, projetou um sistema de produção em grande escala atrelado à expansão dos mercados por meio da produção contínua (ANTUNES, 2002).

Assim, no século XX, essas mudanças introduzidas influenciaram a produção de sistemas chamados taylorismo e fordismo, marcantes até a década de 1970, que impactaram a forma de organizar as técnicas de produção industriais, aumentando a mecanização, a produtividade e a lucratividade. Os empregos passaram a ser determinados por uma gerência e pelas máquinas e os empregados “monitorados continuamente através de vários sistemas de vigilância” (GIDDENS, 2005, p. 313).

Nesse aspecto, as diversas metamorfoses nas formas de organização do trabalho, resultam da junção de diversos fatores: desenvolvimento tecnológico, globalização da economia e o ideal neoliberal nos países ocidentais. Essas transformações revolucionaram tanto por possibilitarem a instantaneidade da interligação de informações, a remoção das barreiras territoriais e a crescente expansão do capital financeiro mundial, como pelas repercussões e consequências imediatas que trouxeram: desemprego, privatizações, diminuição dos serviços públicos. Portanto, não se configurando como um fenômeno meramente econômico, mas de caráter político, tecnológico e cultural (GIDDENS, 2007, p.21).

Assim, foi colocado em curso o processo de reestruturação do capitalismo, a partir da década de 1970, caracterizado pela globalização econômica e financeira, que, segundo Helena Hirata (2011, p.14), desenvolve-se no “contexto de circulação acelerada do capital financeiro em âmbito mundial”. O desenvolvimento de setores ligados a informática e a processos computadorizados, a tecnologia da informação, sobretudo por países emergentes (China, Coreia, Brasil, Índia) a partir da década de 1990, possibilitou o desenvolvimento de novas formas de trabalho e setores de empregos “atípicos” como, por exemplo, telemarketing, call centers, care, por vezes temporários, de meio turno, com baixos salários e menos direitos trabalhistas (HIRATA, 2011, p.14).

O sujeito que trabalha deve se disponibilizar a exercer diversas funções ao mesmo tempo, transformações que substituem o emprego regular, posto fixo de trabalho, e expõem, conseqüentemente, o surgimento de uma economia informal, desproletarização, subproletarização, terceirização, desemprego estrutural, entre outros fenômenos. Ou seja, novas formas de trabalho surgem, no que o “cronômetro e a produção em série e de massa são

"substituídos" pela flexibilização da produção, pela "especialização flexível", por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado" (ANTUNES, 2002, p.23).

Essa nova configuração do trabalho, caracterizada por mesclar processos produtivos como neo-fordismo, neo-taylorismo ou pós fordismo conhecida como toyotismo, provocou grande aumento na produtividade do sistema industrial, não somente no mundo japonês, mas nos países capitalistas em nível global. Por outro lado, tal configuração também agravou instabilidades e inseguranças que afetam a forma de viver e ser da classe trabalhadora¹, não só no âmbito material, mas subjetivo das relações (ANTUNES, 1999, p. 210).

Consequentemente, o trabalho, enquanto força de reprodução social e dos indivíduos, caracteriza-se, na sociedade contemporânea, como uma ação desumanizadora, voltada para o mercado. Assim, as relações de produção do trabalho social tornaram-se forças de produção do capital, mercadorias, não mais com valor de uso, mas como valor de troca.

Desse modo, entendendo que as relações sociais são definidas pelas condições de organização das relações de trabalho, o mercado globalizado deu nitidez às novas formas de classificação social, às diferenças entre os aptos e não aptos ao mercado de trabalho, marcadas pela diferença entre raças, classes e sexos, fortalecendo uma crise em larga escala, como afirma Hirata (2011), "crise dos mercados financeiros, crise bancária, crise econômica e crise social" (p.13). Assim:

Essa crise social aprofundou as consequências negativas de uma série de fenômenos de cunho neoliberal observados desde o início dos anos noventa, como as privatizações, a diminuição da proteção social, a redução de todos os serviços públicos. Ela tem, assim, raízes em processos iniciados desde meados dos anos oitenta e marcados por um novo contexto mundial de globalização e de financeirização da economia. Assim, não podemos considerar a crise econômica e o seu impacto sem tratar da questão do desenvolvimento do processo de globalização, na medida em que essa crise se desenvolveu no contexto de circulação acelerada do capital financeiro em âmbito mundial (HIRATA, 2011, p.13-14).

Por consequência, o aumento de desempregados e as relações de trabalho precarizadas, impactam uma massa de indivíduos que são rejeitados pelo mercado de trabalho, seja por inexperiência, invalidez ou desqualificação, afetando a estrutura social nas mais diferentes escalas.

¹ A classe trabalhadora, ou a "classe que vive do trabalho", segundo Ricardo Antunes (1999), inclui os trabalhadores produtivos e improdutivos, "a totalidade dos assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho" (p.103), os que participam diretamente do processo de valorização do capital e os indiretamente subordinados ao capital, que vivem na economia informal, sem carteira assinada, trabalhando por conta própria, os desempregados (p.102-103).

Assim, o trabalho é introduzido numa dimensão abstrata (MARX, 1975) em que a inserção de maquinários e novas tecnologias substituem a força de trabalho humana concreta, gerando precarização nas relações de trabalho, ou seja, a incorporação e valorização do trabalho morto e imaterial. Assim:

(...) de um lado tem-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para produção de coisas socialmente úteis e necessárias. É o momento em que se efetiva o trabalho concreto, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada (ANTUNES, 1999, p. 96).

Nesse sentido, as diversas metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo intensificaram as desigualdades sociais, econômicas e de poder entre países ricos e pobres, entre classes sociais, entre gêneros, entre raças e etnias, em que o trabalho passa a ser subordinado pela estrutura hierárquica do capital, submetendo a organização das relações sociais à forma de mercado. Desse modo, é importante discutir a historicidade dessas relações e como se organizam e configuram na sociedade contemporânea sob a forma capitalista.

3.CONDIÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

Na sociedade capitalista contemporânea, o perfil histórico de desigualdades é intensificado de modo seletivo, ou seja, está relacionado a fatores atrelados à situação de segmentos da população que estão mais propensos a situação de instabilidade social (mulheres, jovens, idosos, migrantes) e são excluídos, ligado a tensões provocadas pela posição que ocupam na estrutura social, historicamente construída. Essas desigualdades estão para além das diferenças individuais, revelando-se nas desigualdades de acesso a bens e serviços, a direitos básicos, a oportunidades, intensificando um quadro de desigualdades sociais.

Para compreender a natureza dessas desigualdades, segundo Hirata e Kergoat (2007), é preciso resgatar como são construídas historicamente as relações sociais, como são definidos os princípios separatistas e hierárquicos, como se legitimam socialmente através da ideologia naturalista do “destino” humano. Para tanto, é necessário entender como atribuições de papéis sociais constroem hierarquias na dinâmica social.

As estruturas históricas das práticas diferenciadoras da vida social são construídas e reproduzidas a partir de uma ordem social pautada na visão androcêntrica do mundo, dando

significado às posturas esperadas dos corpos em um sistema de oposições correspondentes entre masculino e feminino através do processo de socialização que impõe, segundo as referências culturais, discursos que padronizam e estabelecem valores e “verdades”. Segundo Foucault (2008) a “vontade de verdade” é criada e sustentada por um sistema de instituições que impõe a separação entre o discurso falso e o discurso verdadeiro, assim, “o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se” (FOUCAULT, 2008, p.14).

Assim, faz-se necessário pensar os usos descritivos de gênero, que estão para além da relação homem x mulher, ligados mais aos significados culturais dados às diferentes definições do que é masculino ou feminino, às formas de saber e as relações de dominação, que geram relações hierárquicas. Gênero se configura como relações de poder organizadas em torno das percepções das diferenças sexuais hierarquizadas, observando que o corpo também é construído socialmente, culturalmente e historicamente.

Para Scott (1990, p.21), gênero se define como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. É uma forma primeira de significar as relações de poder”. As relações sociais entre as pessoas, construídas e estabelecidas nos mais diversos espaços de sociabilidade, ocorrem historicamente e são pautadas em representações, regras e práticas aprendidas culturalmente e baseiam-se na diferenciação entre os sexos que implicam em representações simbólicas; conceitos normativos que interpretam os sentidos dessas simbologias e limitam, reprimem outras possibilidades e posicionamentos alternativos. A representação binária do sexo é escrita com base nesses conceitos normativos e são estes que determinam como recursos materiais e simbólicos podem ser construídos, acessados ou controlados. Assim:

Essas interpretações estão baseadas na ideia de que as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o sentido e que a diferença sexual é a forma principal de significar a diferenciação (...). O gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si (SCOTT, 1990, p.23).

Portanto, o “gênero legitima e constrói as relações sociais” e estas também constroem o gênero. Para a autora, o gênero é constituído a partir da junção de elementos como cultura, política e identidade subjetiva, interligados entre si no meio social através da interação humana. Logo, existe a diferença entre os corpos sexuados, mas o que deve ser observado são os sentidos e discursos que são construídos sobre essas diferenças que produzem hierarquias.

Assim, historicamente, nota-se como as relações entre masculino e feminino, vistas como algo natural, estruturam, legitimam, fixam relações de poder político que, reciprocamente, também constroem relações de gênero. Portanto, “o conceito de gênero é uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas. Não obstante, é apenas parte de uma construção social complexa de identidade, hierarquia e diferença” (SOARES, 2004, apud GOHN, 2007, p. 50).

A construção da categoria gênero surge também como tentativa de militâncias feministas delimitarem um campo de definição de suas lutas. As historiadoras feministas tentaram construir teorias utilizáveis, a fim de explicar teoricamente a história das mulheres. O gênero como categoria de análise surge em meio a “uma evolução dos paradigmas científicos em direção a paradigmas literários” (SCOTT, 1990, p.19), em que a causa dá espaço ao sentido. Essa transição paradigmática, fruto de transformações sociais, abriu espaço a outras racionalidades ultrapassando o campo acadêmico e discutindo relações de poder, dominação, colonização do saber e as vozes coletivas emergentes e subalternizadas, pois o “subalterno é sempre aquele que não pode falar, pois se fala já não o é” (SPIVAK, 2010), da condição de silenciamento (das minorias, mulheres, imigrantes, homossexuais, marginalizados etc.), contribuindo assim para desconstrução do sujeito único.

As múltiplas reflexões feministas sobre a história da luta das mulheres abriu caminho para construção de um novo campo de estudos, pois passou a dar visibilidade a problemas históricos marcados por relações de poder e dominação entre os sexos que ultrapassam o âmbito privado/doméstico e abrangem diversas esferas da vida social: políticas e econômicas, de classe, raça/etnia. Segundo Gohn (2007, p.46):

A luta das mulheres para constituírem-se como sujeitos históricos data de vários séculos (...), mas foi com o feminismo que elas geraram uma visibilidade, de um coletivo. O feminismo no mundo ocidental tem sido classificado em três grandes ondas ou fases. A primeira corresponde à luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos - voto, trabalho etc. nos séculos XVIII e XIX e início do XX. A segunda onda corresponde às lutas desenvolvidas pelas feministas entre 1960 e 1980, quando a preocupação com a igualdade se estendeu das leis e dos costumes, focalizando temas como sexualidade, violência, mercado de trabalho etc. (...). A última fase as mulheres falam em nome de uma libertação da sexualidade e não somente de sua sexualidade.

Até os anos 1960, as características construídas socialmente sobre o gênero foram apoiadas em discursos da biologia e da psicologia, que diferenciavam as pessoas pela estrutura anatômica. O discurso das categorias sexo e gênero estavam ligados à lógica dicotômica entre sexo/biologia e gênero/cultura, as feministas da época lutavam por igualdade entre os sexos. Já

as feministas da 2ª onda criticavam esse binarismo, reconhecendo as diferenças existentes entre os sexos e a necessidade de haver direitos entre os gêneros. Porém, segundo Donna Haraway (2004), seria necessário desqualificar essa identidade centrada no “corpo” naturalizado e universalizante e ressignificar as diferenças contidas por trás desse discurso, pois uma identidade em “um eu coerente adquirido (culturalmente) ou inato (biológico) é uma ficção reguladora” (HARAWAY, 2004, p. 220). Dessa maneira, não existe um “corpo feminino” ou um “corpo masculino” ou um “ser mulher” ou um “ser homem” universais e fixos, e sim diversas maneiras de ser mulher e de ser homem, em que diferenças étnicas e de classe, culturais, também determinam o papel social e a vivência dos sujeitos.

A partir dessas perspectivas teóricas feministas articuladas com teorias pós estruturalistas, houve um processo de desconstrução da oposição binária entre masculino e feminino, problematizando as identidades de gênero e as possibilidades de pluralismo dos sujeitos. Assim, a desconstrução dessa polaridade abre espaço para as diversas possibilidades de masculinidades e feminilidades, de sujeitos múltiplos. Para Butler (2001), as identidades de gênero são construções performativas, em que o gênero é construído a partir da reprodução de gestos e atos corporificados socialmente pelos sujeitos. E essas diferenças sexuais são atribuídas aos corpos através de discursos normatizados que reproduzem estereótipos, diferenças e desigualdades.

Nesse contexto, os processos históricos que legitimam essas diferenciações baseiam-se nas diferenças sexuais, moldadas na oposição entre masculino versus feminino. Os discursos construídos atribuem características e papéis específicos para cada sexo, os significados dessas atribuições é que devem ser considerados, pois diferenciam os sujeitos de modo hierárquico.

As identidades de gênero são, portanto, mutáveis. Percebe-se então que os discursos que constroem, legitimam, naturalizam e normatizam essas identidades, permanecem fundados na polarização masculino e feminino, e são a referência das experiências de gênero. Foucault (2008) mostra que os discursos produzidos e reproduzidos socialmente não são neutros, estão permeados de poderes e perigos, e que há uma construção histórica de mecanismos e procedimentos, internos e externos, que controlam, selecionam e organizam os mesmos, através das instituições sociais. A legitimação de alguns discursos em detrimento de outros é institucionalizada através de uma “vontade de verdade” disseminada pela pedagogia, literatura, laboratórios, práticas econômicas, sistema penal, sociedade dos sábios, pelo “saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico”, exercendo pressão coercitiva sobre os demais discursos presentes na sociedade (p.19). Os discursos qualificados servem para direcionar as práticas sociais e criar “verdades”, assim:

A troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes. A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é construída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles ao qual se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis pré-estabelecidos (FOCAULT, 2008, p. 38-39).

Portanto, são as instâncias sociais e culturais, através do poder do discurso, que vão estabelecer as regras e normas que os sujeitos devem seguir. O gênero é constituído através da repetição das normas e práticas estabelecidas e aprendidas no convívio social, reguladas pelo processo discursivo histórico e político. Dessa maneira, as relações de gênero, marcadas por relações de poder e hierarquias, refletem-se nas relações e nos espaços de socialização entre os sujeitos, baseadas em relações de poder que determinam as práticas cotidianas da sociedade nas diversas esferas da vida, inclusive material, através da divisão sexual do trabalho.

4.AS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

No contexto de transformações do mundo de trabalho, por fatores como reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo, houve um aumento do desemprego, precarização do trabalho, informalidade, terceirização. No Brasil, dentre estes fenômenos, destaca-se o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo a partir da década de 1970, que resultou “não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, em conjunturas específicas, mas também, em grande parte, das transformações demográficas, culturais e sociais” (BRUSCHINE, 2000, p.16), relacionadas às novas configurações familiares (mães solteiras, mães chefes de família), ao menor índice de filhos, ao acesso e expansão da escolaridade, por exemplo.

Embora as mulheres tenham tido um incremento em sua participação no mercado de trabalho, esse acesso veio acompanhado de desigualdades, pois, segundo Helena Hirata (2011, p.15), “a precarização do trabalho tem consequências diferenciadas para homens e mulheres”. Denúncias contra a naturalização da invisibilidade do trabalho feminino e a tomada de

consciência da opressão sofrida, marcaram fortemente os debates sobre divisão sexual do trabalho pelo movimento feminista. A divisão sexual do trabalho está na base dessas desigualdades, pois “tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.599). Portanto, a divisão sexual do trabalho:

(...) tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.599).

Hirata e Kergoat (2007) destacam que houve, ao longo dos anos, um “movimento de mascaramento” em relação à coerência do termo trabalho doméstico, falando-se apenas em “termos como “dupla jornada”, “acúmulo” ou “conciliação de tarefas”, como se fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado” (p.599). As situações variam, mas as distâncias entre grupos de gêneros continuam estáveis, embora a condição “feminina” tenha melhorado, observa-se a permanência da atribuição do trabalho doméstico somente às mulheres (conciliação de tarefas) e o acúmulo das desigualdades sociais.

Estes fatores interferem e condicionam a participação das mulheres no mercado de trabalho. Estas, por sua vez, sofrem uma sobrecarga, tendo em vista que o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos são desvalorizados e não entram nos dados estatísticos como um trabalho ativo e que gera valor e, portanto, essa contribuição social das mulheres na sua totalidade não é contabilizada. Assim, o trabalho da mulher é visto como de “segunda categoria” (BRUSCHINE, 2000, p.18).

Em um estudo comparativo entre França, Brasil e Japão sobre as formas de vigência do trabalho feminino, Hirata e Kergoat (2007) destacam fatores importantes que revelam a diferenciação entre as próprias mulheres, de acordo com a classe e as relações étnicas que envolvem processos migratórios das empregadas em serviço. Neste sentido, mulheres que conseguiram algum avanço e estabilidade, através do investimento na carreira, por exemplo, precisaram externalizar o trabalho doméstico, delegar as obrigações familiares e cuidados com os filhos, a outras mulheres, as empregadas domésticas, em situação precária, imigrantes.

De um modo geral, para as autoras, a divisão sexual do trabalho, como vínculo social, está ligada à ideia de complementaridade, conciliação, parceria, delegação, ou seja, conjugando

o trabalho doméstico e extra doméstico ligado à função dos papéis sociais e sexuais. Essas diversas concepções sobre o trabalho, nos países capitalistas ocidentais, serviram para mascarar as contradições nas esferas do trabalho, doméstico e profissional, e as desigualdades que ainda permanecem. Na natureza das desigualdades entre os gêneros percebe-se a constante perpetuação da atribuição do trabalho doméstico às mulheres. Mesmo com as tentativas de reconfiguração das relações sociais de sexo, com a tendência dos modelos de conciliação e delegação, a estruturação desta esfera do trabalho continua sendo predominantemente responsabilidade das mulheres.

Nesse processo de divisão sexual do trabalho, são enfatizados, no discurso, atributos considerados “tipicamente femininos”, destacando-se o cuidado, sensibilidade e delicadeza, como algo característico de atividades predominantemente exercidas por mulheres, como domésticas, costureiras, artesãs e professoras de educação infantil², por exemplo. Segundo Antunes (1999, p.110), o capitalismo apodera-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho, pois se apropria da “polivalência e multiatividade” do trabalho das mulheres, das suas experiências invisibilizadas na esfera doméstica, utilizando esse “atributo social herdado”, para aprofundar a exploração e intensificar as desigualdades.

Nesse processo de divisão sexual do trabalho, são enfatizados, no discurso, atributos considerados “tipicamente femininos”, destacando-se o cuidado, sensibilidade e delicadeza, como algo característico de atividades predominantemente exercidas por mulheres, como domésticas, costureiras, artesãs e professoras de educação infantil², por exemplo. É importante destacar, nesse contexto, que esses atributos de gênero são construídos e representados de formas diferentes considerando a localização dos indivíduos e grupos nas relações globais de poder e, assim, deve-se considerar que a “mulher” não é uma categoria unitária, pois, segundo Avtar Brah (2006, p.341):

Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” e mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões.

² Segundo dados do IPEA (2016), o trabalho doméstico continua sendo uma das principais ocupações das mulheres, 14%, ou 5,9 milhões, sendo as mulheres negras (17,7%) maioria entre as trabalhadoras domésticas. Em 2012, segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2013), havia mais de 2 milhões de docentes atuantes na educação básica e, desse total, aproximadamente 1,6 milhões eram mulheres, ou seja, a cada 5 docentes 4 eram mulheres. Na educação infantil a predominância de docentes mulheres era inquestionável, cerca de 429,8 mil (apenas 13,5 mil homens). Os dados revelam que há um processo de hierarquia na docência brasileira, as mulheres são maioria na educação infantil, cargo tipicamente “feminino”, enquanto os homens são maioria dos docentes no ensino médio e superior, com mais chances de progressão na carreira e salários.

Assim, as configurações históricas das relações dessa divisão sexual do trabalho, se apropriam da “polivalência e multiatividade” do trabalho desses vários tipos de mulheres, das suas experiências invisibilizadas na esfera doméstica, utilizando esse “atributo social herdado”, para aprofundar a exploração e intensificar as desigualdades (ANTUNES, 1999, p.110), ressaltando que “não se afirma que uma categoria individual é internamente homogênea. Mulheres da classe trabalhadora, por exemplo, compreendem grupos muito diferentes de pessoas tanto dentro quanto entre diferentes formações sociais” (BRAH, 2006, p.341).

Isso pode ser observado em pesquisas recentes realizadas no Brasil: segundo estudo do IPEA (Instituto de Pesquisas e Estatísticas Aplicadas) divulgado em março de 2016, análises dos dados do IBGE de 2004 a 2014 revelam que homens (brancos e negros) tinham presença de 80% no mercado de trabalho e as mulheres não chegavam a 60%, mantendo um perfil histórico de desigualdades:

A melhoria das condições de inserção no mundo do trabalho nos últimos anos não alterou, portanto, a estrutura da divisão racial e sexual do trabalho, motivo pelo qual uma conjuntura econômica desfavorável tende a ser ainda mais regressiva, sobretudo para as mulheres negras, inseridas majoritariamente em relações instáveis e desprotegidas de trabalho. (IPEA, 2016, p.11).

A pesquisa acrescentou que algumas classes consideradas inativas como as mulheres que cuidam dos filhos, idosos e doentes e as trabalhadoras rurais não aparecem nas estatísticas. Em diversas áreas relacionadas à participação e oportunidades econômicas e políticas, acesso a direitos fundamentais, nota-se a subordinação das mulheres e a disparidade em relação aos homens, revelando que a norma estabelecida socialmente impede que haja equidade, e contribui para reprodução da violência exercida.

Muito há que se dizer das desigualdades de condições de trabalho entre homens e mulheres, e também entre as próprias mulheres que, embora tenham fatores em comum que as unem, possuem diferenças que as hierarquizam e que devem ser vistas e enfrentadas.

Entender a natureza sociocultural histórica dessa oposição e desigualdade, que não se limita somente as diferenças sexuais, visto que o sexo é uma construção idealizada forçosamente materializada através do tempo, moldada por aparatos, práticas e condições históricas que normatizam, instituem comportamentos e identidades, a partir de uma ideologia dominante e hegemônica. Fatores como a etnicidade e a formação cultural, por exemplo, também influenciam na construção e reprodução de desigualdades, pois “as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos” de intersecção de gênero, raça,

classe (SCOTT, 1990, p.04). A participação e ampliação da força de trabalho das mulheres não representaram mudanças significativas na divisão sexual do trabalho, estas continuam enfrentando conflitos, sobrecargas e informalização nas condições de trabalho, sobretudo as mais pobres, com baixa qualificação, o que contribui para continuidade das desigualdades entre os gêneros no mercado de trabalho.

Segundo dados do IPEA (2016), de cada 10 mulheres, aproximadamente 04 não adentram no mercado de trabalho por não conseguirem conciliar as responsabilidades domésticas e profissionais. Isso acarreta um número de mulheres consideradas inativas, que em 2014 chegou a 26,8 milhões (enquanto 9,2 milhões de homens eram considerados inativos). O perfil dessas mulheres consideradas inativas varia de acordo com a idade, a classe e a raça ou etnia. Na maioria, são mulheres idosas, aposentadas e mulheres a partir de 52 anos. Se por um lado homens brancos tornam-se inativos a partir dos 65,7 anos, as mulheres negras, por outro, são consideradas inativas com média de 49 anos. Os dados indicam que as mulheres consideradas inativas se encontram em plena idade produtiva e inclusive com índices de escolaridade mais elevados que a dos homens em igual situação (cerca de 6,4 anos enquanto homens 5,3 anos). A maioria dos homens inativos vive com os cônjuges (78%) e 45% possuem filhos. Já as mulheres consideradas inativas se encontram em situação de maior responsabilidade com as atividades familiares, dois terços delas têm filhos, em maior quantidade e em idade menor, quando comparadas com os homens em mesma situação. Apenas 69% delas vivem com cônjuges, portanto são responsáveis pelo cuidado e sustento das famílias sozinhas.

O que se observa é que mesmo com as diversas mudanças ocorridas nos últimos anos, mesmo com alguns ciclos de crescimento econômico, o mercado de trabalho não é capaz de incorporar o contingente de força de trabalho disponível. A exclusão desses sujeitos, que não conseguem ter acesso a condições dignas e direitos básicos, está centrada em fatores como gênero, classe e raça no mercado de trabalho. Assim, historicamente, essa parte excedente e marginalizada constitui-se majoritariamente de mulheres e pessoas negras que, embora tenham tido conquistas, sua inserção no mercado de trabalho se deu de modo super-explorado, constituindo-se em atividades de subsistência:

Em regra, as mulheres permanecem em trabalhos precários e vulneráveis, em setores já tradicionalmente por elas ocupados. Recebem os piores salários e possuem jornadas extensas e incalculáveis de trabalho, produto da acumulação do trabalho remunerado com os serviços de cuidados. Este é o pano de fundo a partir do qual vem ocorrendo à incorporação das mulheres, motivo pelo qual as conquistas do período recente precisam ser analisadas com rigoroso olhar crítico. (IPEA, 2016, p. 09).

Nesse aspecto alguns dados revelam que “nada menos que 39,1% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (27,0%) e homens brancos (20,6%)” (IPEA, 2016, p 12). As mulheres estão mais suscetíveis ao desemprego, sobretudo as mulheres negras (10,2%), em relação aos homens. Desse modo, é possível deduzir que o processo de precarização do trabalho feminino está estruturado na opressão de gênero, raça e classe.

Para Scott (1990), são os processos políticos, em que diversos atores atuam para conseguir o controle, que determinam quem ganha. E a natureza desses processos precisa ser contextualizada no tempo e no espaço. Escrever essas histórias requer reconhecer o homem e a mulher como “categorias vazias e transbordantes” ao mesmo tempo, pois não possuem um significado fixo, universal, generalizante. São transbordantes porque são subjetivas “mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas” (p.28). Assim, o gênero embora historicamente construído em “um terreno que parece fixado” tem sentido flutuante. Portanto, “o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunto com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1990, p.29).

Evidencia-se a necessidade de interação entre a categoria gênero, raça, etnia e classe, particularmente no universo do mundo do trabalho, pois os significados dessa interação, inserida social e historicamente, implicam em relações de poder que determinam a localização dos sujeitos na vida social.

5. APONTAMENTOS FINAIS

A proposta deste trabalho circunscreveu-se a uma reflexão da construção de algumas categorias que as Ciências Sociais têm como parâmetro de análise, no intuito de destacar alguns problemas epistemológicos e que se tornam barreiras para a construção do conhecimento científico.

Com base nos apontamentos dos tópicos anteriores, observamos que as relações de inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro se deram de forma marcadamente precarizadas. Os dados observados ao longo da pesquisa em andamento, demonstram o perfil dessas trabalhadoras (recebem menores salários, a jornada de trabalho é dobrada, pois precisam conciliar a esfera profissional à esfera doméstica, que continua sendo majoritariamente

atribuída a elas, dificuldades para ascender profissionalmente, entre outras características) e demonstram a manutenção da tríplice opressão de gênero, classe e raça.

Boa parte do que é realizado cotidianamente pelas mulheres, atividades não mercantis voltadas para produção de bens e serviços na esfera privada e doméstica, não é considerado socialmente como trabalho, pois está pautado nos princípios organizadores da divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza as atividades de acordo com a ideologia naturalista de que o trabalho masculino, produtivo, vale mais que o feminino, na esfera privada (HIRATA & KERGOAT, 2007).

Tais atividades invisibilizadas e não contabilizadas nos dados estatísticos, marcam o lugar secundário da força de trabalho das mulheres, sobretudo das mulheres negras que tradicionalmente ocupam postos de trabalhos relacionados a esfera reprodutiva do cuidado (domésticas, babás, cozinheiras, costureiras). Esta pesquisa permitiu observar que a estrutura normativa, reproduzida nos discursos criados e legitimados pelas instituições sociais e seus agentes, baseada na estrutura anátomo-biológica, regula os modos de viver e as experiências de gêneros. Os comportamentos internalizados pelos sujeitos vão depender dos espaços ocupados por eles, do processo de socialização pelo qual passaram.

Assim, a feminilidade ou a masculinidade normalizada é uma vivência performativa, em que os sujeitos repetem atos naturalizados pelos discursos presentes no cotidiano, que determinam papéis sociais baseados na divisão binária dos gêneros. Desse modo, os estereótipos tradicionais de gêneros implicam em relações de poder, que definem e distinguem o lugar dos sujeitos em processos desiguais de vida, nas condições de trabalho e nas relações afetivas.

Portanto, a problematização das categorias sociais, como fruto de processos históricos-sociais-culturais, tais como gênero, relações de dominação, representação, identidades e memórias, trazem à tona uma dimensão complexa e que subjaz um conjunto de mecanismos de relações de poder e dominação para se impor, de lutas concorrenciais para se estabelecer como formas de conceber o mundo, de classificar ,a partir da visão e divisão do mundo social, ou seja, da produção de definições legítimas do mundo social. Nesse sentido, a pesquisa provoca novos diálogos, suscita questões e abre campo para investigações mais aprofundadas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez; Campinas, Unicamp, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 1ª ed. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 1999.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. In: *Cadernos PAGU*, n. 26, 2006.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/95). In: ROCHA, M. I. B. (org.). *Trabalho e Gênero*: Mudanças, Permanências e Desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000, p.13-58.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. *O corpo educado pedagogias da sexualidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.153-172.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 02 de dezembro de 1970*. 17ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

GIDDENS, Anthony. Trabalho e Vida Econômica. In: *Sociologia*. 4ª Ed, Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 305-340.

GOHN, M. G. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. In: *Revista Política & Sociedade*, n.11, 2007, p. 41 -70.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cad. Pagu* n. 22, 2004, p.201-246. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>>. Acesso: dezembro de 2018.

HIRATA, H. & KERGOAT, D. *Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho*. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, nº132, 2007, p. 595-609.

HIRATA, H. Tendências Recentes da Precarização Social e do Trabalho: Brasil, França, Japão. *Cadernos CRH*, Salvador, v.24, n. 01, 2011, p. 15-22.

IPEA. *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*. Brasília, março de 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf> Acesso: março 2018.

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política: livro 1- O processo de produção do capital. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Rio Grande do Sul, v. 16. N° 2, jul/dez, 1990.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.